



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**TERMO DE CONTRATO Nº 001/SUB-MG/CAF/SAS/2022**

**PREGÃO ELETRONICO Nº 02/SMSUB/SUBMG/2022**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6058.2022/0000548-2**

**CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**CONTRATADA: SINERGIA PAULISTANA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal dos aparelhos de ar condicionado instalados na Sede da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, de acordo com as características, condições e especificações indicadas no Termo de Referência do ANEXO I do Edital.

**VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.480,00 (Três mil, quatrocentos e oitenta reais).**

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, o **Município de São Paulo**, através da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, neste ato representada pelo Senhor Subprefeito **ROBERTO DE GODOI CARNEIRO**, adiante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **Sinergia Paulistana Construções e Montagens Ltda.**, com sede à Avenida Deputado Emilio Carlos, nº 980, nesta Capital, inscrita no CNPJ do (MF) sob nº 08.390.028.0001-94, neste ato representada por seu representante legal Senhor **Herbert Júlio de Faria e Sousa**, Sócio Administrador, R.G. nº 11.774.034-2, CPF nº 076.511.938-22, adiante simplesmente designada CONTRATADA, nos termos da autorização contida no despacho de SEI 067151899. publicado no DOC de 19/07/2022, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

**CLAÚSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** O presente pregão tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal dos aparelhos de ar condicionado instalados na Sede da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, de acordo com as características, condições e especificações indicadas no Termo de Referência do ANEXO I do Edital** que precedeu a presente contratação e dela passa a fazer parte integrante para todos os fins.

**1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Constitui objeto deste, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal dos Aparelhos de Ar Condicionado instalados na Sede da Subprefeitura Vila Maria/ Vila Guilherme à Rua General Mendes nº 111- Vila Maria Alta.

**Local 1: Gabinete do Subprefeito**

01 (um) Aparelho de Ar Condicionado

Marca FUJITSU - Split Hi Wall Inverter - 18000 Btus

**Local 2: Sala de AGTI**

03 (três) Aparelhos de Ar Condicionado

Marca DAIKIN - Modelo - FTHS18T5VL



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**1.2.1. JUSTIFICATIVA**

A Prestação dos Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado se faz necessária para o cumprimento da legislação vigente e para a segurança dos trabalhadores.

A limpeza preventiva mensal nos aparelhos de ar condicionado diminuem em até 35% de energia, proporcionando maior rendimento, maior vida útil, aparência limpa do aparelho, retirada de sujeira para a qualidade do ar, economiza custos de operação de manutenção corretiva, diminui panes, quebras e paradas repentinas.

Embute também a limpeza periódica com produtos específicos feita no interior da evaporadora (unidade interna) que objetiva evitar o acúmulo de sujeira e dos micro-organismos nocivos à saúde, assegurado também a qualidade da saúde dos que o utiliza.

São inúmeras as doenças comprovadamente causadas pela má qualidade do ar, devido à manutenção inadequada dos sistemas de climatização.

A boa manutenção planejada traz diversos benefícios para os empreendimentos, como redução de custos, substituição de equipamentos obsoletos no momento adequado, redução dos riscos de incêndios e acidentes pessoais e, fundamentalmente, melhor qualidade de vida.

Outros benefícios ainda:

- Aumento da qualidade do ar nos ambientes climatizados;
- Redução dos riscos potenciais à saúde dos ocupantes;
- Melhora da eficiência dos equipamentos de climatização;
- Redução do consumo de energia;
- Evitar gastos não programados com manutenções;
- Aumento da vida útil dos equipamentos e componentes.

**1.2.2. LEGISLAÇÃO**

A Lei 13.589/2018 determina que todos os edifícios brasileiros, públicos ou privados, são obrigados a fazer a manutenção de seus sistemas de ar condicionado.

O objetivo é garantir a boa qualidade do ar interior, considerando padrões de temperatura, umidade, velocidade do ar, taxa de renovação e grau de pureza.

Os Edifícios que possuem ambientes climatizados artificialmente com carga térmica igual ou superior a 60000 Btus, deverão adotar um Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), a fim de prevenir ou minimizar riscos à saúde de seus ocupantes.

O plano deverá obedecer aos parâmetros regulamentados pela Resolução 9/2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e posteriores alterações, assim como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

De acordo com o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), exigência da Portaria 3.523 do Ministério da Saúde de 28/08/1998 e da Resolução nº 9 da ANVISA de 16/01/2003, os procedimentos de manutenção, operação e controle dos sistemas de climatização e limpeza dos ambientes climatizados, não devem trazer riscos à saúde dos trabalhadores que os executam, nem aos ocupantes dos ambientes climatizados.

Os serviços, objeto do contrato, deverão atender as exigências da ANVISA ( Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Portaria nº 3.523 de 28 de agosto de 1998, contendo regulamento técnico e medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

componentes dos Condicionadores de Ar, para garantir a qualidade do Ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

**1.2.3.. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) Inspeção geral na instalação dos equipamentos, curto circuito de ar, distribuição e insuflamento das unidades internas e externas;
- b) Verificação da instalação dos equipamentos;
- c) Lavar e secar o filtro de ar;
- d) Medir tensão e corrente de funcionamento e comparar com a nominal;
- e) Verificar pressão de gás, tensão e corrente elétrica e rendimento dos mesmos, vazamentos em serpentinas de gás e de óleo no maquinário, com reposição de gás nos compressores;
- f) Verificar a correia do motor;
- g) Verificar aperto de todos os terminais elétricos a fim de evitar possíveis maus contatos;
- h) Verificar obstrução dos flaps por acúmulo de sujeira ou amassamento;
- i) Verificar possíveis entupimentos nos drenos por acúmulo de sujeira ou amassamento;
- j) Fazer limpeza dos gabinetes;
- k) Medir e anotar diferencial de temperatura;
- l) Medir pressão alta, baixa de equilíbrio de funcionamento do evaporador e do condensador;
- m) Troca de peças que se mostrarem necessárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** A Contratada deverá iniciar os serviços no nos termos do prazo assinalado na Ordem de Início dos Serviços.

**2.2.** A Ordem de Início será emitida pela Supervisão de Administração e Suprimentos da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, por escrito e anexada ao processo eletrônico com a ciência expressa da Contratada.

**2.3.** Os serviços deverão seguir as orientações da unidade responsável pela fiscalização deste ajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO CONTRATUAL**

**3.1.** O prazo do presente ajuste é de **12 (doze) meses**, contado da data fixada na Ordem de Início, a ser emitida pela Supervisão de Administração e Suprimentos desta SUB.MG, podendo ser prorrogado por idênticos ou menores períodos e nas mesmas condições, desde que não denunciado por escrito por qualquer das partes, e com antecedência de 90 (noventa) dias contados da data de vencimento de cada período, e, observado o prazo limite de 60 meses constante do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

**3.2.** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 46 do Decreto Municipal 44.279/2003, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

**3.3.** À Contratante, no interesse público, é assegurado o direito de exigir que a Contratada, conforme o caso, prossiga na execução do contrato pelo período de até 90 (noventa) dias, após a data de seu vencimento.

**3.4.** As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos Termos de Aditamento ao Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

3.5. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO**

4.1. O valor global mensal do presente ajuste é de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) e o valor total estimado é de R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais) (valor global mensal x 12 meses, prazo da contratação).

4.2. Os preços referidos constituirão a qualquer título a única e completa remuneração pela perfeita e adequada execução dos serviços objeto do presente, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida.

4.3. Para cobertura das despesas do presente ajuste foi emitida, por ora, a Nota de Empenho nº 61.964/2022, no valor de R\$ 1.450,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta reais), onerando a dotação nº 23.10.04.122.3011.2403.3390.3900.00 do orçamento vigente, observando-se o princípio da anualidade orçamentária e legislação vigente, onerando nos próximos exercícios as dotações apropriadas.

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados após 01 (um) ano de vigência.

5.2. A periodicidade anual para efeito do reajuste econômico terá como termo inicial a data da apresentação da proposta 07/07/2022, nos termos previstos no item 2 do Decreto 48.971/07.

5.2.1. O reajuste será calculado com base na meta de inflação fixada pelo IPC/FIPE conforme determinado pela legislação vigente e será aplicado desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

5.2.2. O reajuste somente será aplicado transcorrido 01 (um) ano da data da assinatura do contrato

5.2.3. Ficará vedado novo reajuste pelo prazo de 01 (um) ano.

5.2.4. A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

5.2.5. Não haverá atualização financeira.

5.3. Antes da concessão de qualquer reajuste, deverá ser efetuada pesquisa de mercado a fim de verificar se os preços eventualmente reajustados são compatíveis com aqueles praticados no mercado. Em caso negativo, será concedido reajuste em percentual que não ultrapasse a média do mercado.

5.4. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

5.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento as suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da Contratada:





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

- 6.1.** Executar de forma fiel e regular o objeto contratado, desempenhando os serviços a contento e cumprindo a carga horária designada pela Administração.
- 6.2.** Realizar e apresentar os respectivos laudos técnicos dos serviços elencados no item **1.2.3.**
- 6.3.** Realizar os serviços atinentes à manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, conforme item **1.2.3.** e sanar os defeitos ou tomar as providências imediatas para o restabelecimento e recolocação dos aparelhos tipo Split system, em operação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de forma segura e confiável, exceto os serviços de recuperação de motores, bombas e compressores cujo prazo máximo será de 10 (dez) dias, passível de penalidade.
- 6.4.** Indicar o responsável técnico da Empresa com registro no CREA/CFT, para responder pelo acompanhamento e Supervisão do contrato.
- 6.5.** Encaminhar ao Gestor ou fiscal do contrato documentação relacionada prevista na Portaria nº 170 de 31 de agosto de 2020.
- 6.6.** Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e orientar seus empregados quanto à necessidade de utilizá-los, em observância às normas de segurança do trabalho vigente.
- 6.7.** Fornecer a seus empregados todos os instrumentos, ferramentas, utensílios e equipamentos novos para a boa execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.
- 6.8.** Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seus funcionários no ambiente de trabalho, podendo a Contratante, a seu critério, exigir a imediata substituição de empregado cujo comportamento seja considerado inconveniente na área de trabalho;
- 6.9.** Manter seus empregados devidamente uniformizados num só padrão, com logotipo da empresa, portando cartão de identificação expedido pela Empresa Contratada, com fotografia à vista, afixado no seu uniforme de trabalho.
- 6.10.** Instruir seus empregados que deverão se submeter às normas e aos regulamentos existentes nas instalações da Contratante;
- 6.11.** Executar os serviços dentro da programação de horário apresentada à Contratante.
- 6.12.** Arcar com as despesas relativas a todo material de consumo, entre outros: álcool-etílico, pano para limpeza, graxa, solvente, escova para condensador, líquido para limpeza em geral. (tipo Formaldeído entre 7% a 8%%, Tensoativo, Essência), pincéis, tinta base anticorrosivo para retoques em locais necessários, produtos químicos para tratamento de água, e tinta para retoques (PVA látex e esmalte).
- 6.13.** Substituir qualquer produto de lubrificação/limpeza ou equipamento que, porventura, for julgado pela Contratante como danoso ou inconveniente à saúde de seus servidores ou ao patrimônio.
- 6.14.** Atender dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer notificações apresentadas pela Contratante relativas às ocorrências e/ou irregularidades praticadas pelos seus empregados, bem como, ao descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais.
- 6.15.** Responder por todo e qualquer dano ou prejuízo de ordem material que venha a ser causado por seus prepostos ao patrimônio da Administração, de seus servidores ou de terceiros, durante a prestação dos serviços, desde que comprovada sua responsabilidade.
- 6.16.** Responder por qualquer acidente de ordem pessoal que venha a ocorrer na execução dos serviços contratados, com relação aos seus funcionários, aos servidores ou a terceiros, desde que comprovada sua responsabilidade.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

- 6.17.** Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.
- 6.18.** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, civil, criminal, comercial, previdenciária, fiscal e de acidente de trabalho resultantes da prestação dos serviços.
- 6.19.** Assumir todos os tributos que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre a prestação do serviço, bem como as contribuições para fiscais, ficando desde já a PMSP excluída de qualquer solidariedade passiva por eventuais autuações.
- 6.20.** A Contratada assume compromisso que é de seu pleno conhecimento e que cumprirá as condições e obrigações fixadas neste Termo de Referência e, ademais, que não poderá alegar, sob nenhum pretexto, desconhecimento de questões relacionadas aos serviços a serem executados.
- 6.21.** Não contratar, durante a execução do contrato, servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante.
- 6.22.** A Empresa deverá ter sua sede Matriz ou filial localizada na área que abrange o Município de São Paulo ou na Região Metropolitana, onde serão prestados os serviços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE se compromete a:

- 7.1.** Exercer a fiscalização dos serviços contratados visando assegurar que a execução contratual se realize em conformidade com as condições acordadas entre as partes e a contento, observados os procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 54.873/14.
- 7.1.1.** A gestão e fiscalização do serviço serão exercidas por servidores da SUB-MG designados no documento correspondente à Ordem de Início, indicados nos termos do Art. 6º do Decreto nº 54.873/14.
- 7.2.** Exercer a fiscalização para verificar o desempenho e os conhecimentos técnicos dos funcionários que comporão as equipes técnicas, a qualidade dos serviços prestados, assim como a assiduidade e a disciplina dos funcionários.
- 7.3.** Impedir a intervenção de terceiros nos equipamentos.
- 7.4.** Assegurar aos funcionários das equipes técnicas livre acesso aos equipamentos, prestando todos os esclarecimentos que se fizerem necessário.
- 7.5.** Destinar, se necessário e provisoriamente, local para guarda dos materiais, produtos e equipamentos, não permitindo intervenção de terceiros nos mesmos.
- 7.6.** Analisar os relatórios mensais referentes aos serviços executados e posicionar-se a respeito dos mesmos, adotando as providências cabíveis quanto à liberação da Nota Fiscal Fatura apresentada pela Contratada, para pagamento.
- 7.7.** Propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à CONTRATADA, em caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual, de acordo com o disposto no art. 54 do Decreto Municipal 44.279/03.
- 7.8.** Propor à autoridade competente a dispensa de aplicação de penalidade à CONTRATADA, de acordo com o disposto no Art. 56 do Decreto Municipal 44.279/03.
- 7.9.** A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou emissão às cláusulas Contratuais.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA**

**8.1.** Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada prestou garantia, no valor de R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais) (5% do valor integral do Contrato), conforme Caução em Seguro Garantia Formulário nº 0049404/2022 (garantia em qualquer das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei federal nº 8.666/93 e alterações).

**8.1.1.** A garantia será prestada em moeda corrente nacional, Letras do Tesouro Municipal, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, observando-se o disposto no artigo 56, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/1993.

**8.2.** A garantia deverá ser apresentada no prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados do dia seguinte à data do recebimento da Nota de Empenho, admitindo-se uma prorrogação, mediante requerimento justificado e aceito pelo órgão ou entidade contratante, sendo atualizada periodicamente e renovada a cada eventual prorrogação do contrato.

**8.3.** Em caso de prorrogação do contrato, a garantia prestada deverá ser substituída pela Contratada quando da ocorrência de seu vencimento, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a Contratada nas penalidades nele previstas.

**8.3.1.** O reforço e/ou a regularização da garantia, excetuada a hipótese prevista no item anterior, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação, feita por escrito pela contratante, sob pena de incorrer a Contratada nas penalidades previstas neste Contrato.

**8.3.2.** O prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Contratada durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela Contratante.

**8.4.** Fica prevista também, validade de 03 (três) meses da garantia contratual para além do prazo inicialmente previsto de execução do contrato, condicionando sua liberação à comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público.

**8.5.** A garantia exigida pela Administração e seus reforços poderão ser utilizados para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à Contratada.

**8.5.1.** Caso a garantia não seja suficiente para o pagamento das multas, a Contratada será notificada para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, completar o pagamento, sob pena de rescisão do contrato.

**8.6.** Haverá possibilidade de retenção da garantia da execução contratual, se constatada a existência de ação trabalhista movida por empregado da contratada em face da entidade pública, tendo como fundamento a prestação de serviços à Administração durante a execução do referido contrato administrativo.

**8.6.1.** O valor da garantia contratual retida poderá ser utilizado para depósito em juízo, nos autos da reclamação trabalhista, se a pendência não for solucionada (extinta a ação; garantido o juízo; ou excluída a entidade pública do polo passivo).

**8.7.** A garantia prestada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deve explicitar a cobertura integral do contrato, inclusive quanto ao pagamento imediato à Prefeitura do Município de São Paulo em quaisquer das hipóteses previstas neste item 8 deste ajuste.

**8.8.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item **8.1.1.**

7/14



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**8.9.** Por ocasião do encerramento do contrato, o que restar da garantia será liberado ou restituído, mediante requerimento da Contratada, após a liquidação das multas aplicadas e dedução de eventual valor devido pela Contratada.

**8.10.** A não prestação de garantia contratual equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas.

**CLÁUSULA NONA: DO PAGAMENTO**

**9.1.** Mediante requerimentos mensais apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas, após decurso dos respectivos períodos de execução, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

**9.2.** A Contratada deverá providenciar o faturamento dos serviços, após a aprovação do fiscal do contrato dos serviços efetivamente realizados.

**9.3.** A cada pedido de pagamento, a Contratada, para análise das medições, assim como para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes, deverá entregar na Unidade Técnica os documentos exigidos pela Portaria nº 170/SF/2020 e alterações, obedecendo-se aos procedimentos e prazos ali estipulados.

- a) Nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;
- b) Medição detalhada comprovando a execução dos serviços contratados (relatório Técnico);
- c) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato;
- d) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
- e) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- f) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior à realização da despesa objeto do período de pagamento;
- g) Cópia da guia quitada do INSS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento;
- h) Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região onde serão prestados os serviços.

**9.3.1.** Para atendimento ao disposto na Portaria SMG nº 01/2016, todos os documentos acima relacionados deverão ser entregues digitalizados em formato "pdf", devendo os originais serem apresentados sempre que exigidos pela contratante.

**9.3.2.** Em caso de erro nos documentos elencados, o fiscal do contrato deverá solicitar à contratada a devida correção, no prazo estipulado na Portaria.

**9.4.** A Contratada deverá apresentar, ainda, a cada pedido de pagamento solicitado, os documentos a seguir discriminados, exceto aquele (s) que em razão do objeto contratual a legislação em vigor o (s) desobrigue de sua apresentação:

**9.4.1.** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço FGTS.

**9.4.2.** Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal.

**9.4.2.1.** No caso de sociedade com estabelecimento prestador ou com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, a proponente deverá apresentar prova de inscrição no cadastro de pessoas





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

jurídicas prestadoras de serviços que emitam nota fiscal autorizada por outro município, na forma do artigo 9º-A da lei nº 13.701/2003 e Decreto Municipal nº 53.628/2012.

**9.4.2.2.** Na hipótese de a sociedade de que trata este subitem não apresentar o cadastro mencionado, o valor do ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre a prestação de serviços objeto da presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei nº 14.042/05 e Decreto nº 53.628/2012.

**9.4.3.** Certidão Negativa de Débito junto a Previdência Social.

**9.5.** A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), discriminada, com indicação do valor total dos serviços e dos valores excluídos da base de cálculo da contribuição previdenciária.

**9.6.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela do objeto deste contrato, uma vez atestada pelo fiscal a realização a contento dos serviços, e mediante a entrega na Unidade Requisitante da documentação exigida nos itens acima.

**9.6.1.** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**9.7.** Em caso de dúvida ou divergência, a fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.

**9.8.** Os pagamentos serão efetuados por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A., nos termos do artigo 4º, do Decreto Municipal nº 51.197/10.

**9.9.** A PMSP, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuará a retenção na fonte dos impostos e exigirá, se for o caso, a comprovação dos recolhimentos abaixo relacionados:

**9.9.1.** O ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, de acordo com o disposto na Lei nº 13.701, de 24/12/2003, e Decreto nº 50.896/09 e Decreto nº 51.357/10, Portarias da Secretaria de Finanças e demais legislações em vigor.

**9.9.2.** O IRRF – IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.713, de 1988, e do Decreto nº 3.000, de 26.03.1999.

**9.9.3.** A CONTRIBUIÇÃO À PREVIDENCIA SOCIAL, de acordo com o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.91, alterado pela Lei nº 9.711/98 Instrução Normativa INSS/ DC nº 100, de 18.12.03, Instrução Normativa RFB nº 971/09 e demais alterações.

**9.10.** As RETENÇÕES NA FONTE e seus VALORES, previstos no item 9.9, deverão estar destacados na Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura.

**9.11.** Independentemente da retenção do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica o responsável tributário obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação aplicável.

**9.12.** A Contratante se reserva o direito de exigir a qualquer hora, os demonstrativos da empresa contratada, referentes à execução dos serviços, inclusive quanto aos benefícios recebidos, devidamente assinados pelos trabalhadores.

**9.13.** Os pagamentos mensais obedecerão ao disposto nas Portarias da Secretaria das Finanças em vigor, ficando ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratadas em face da superveniência de normas federais ou municipais sobre a matéria.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**9.14.** Ainda para fins de pagamento, deverá ser observado o teor da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, que prevê a aplicação de compensação financeira quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**9.14.1.** O pagamento da compensação financeira estabelecida no item **9.13.** dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

**9.15.** Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

**9.16.** A Contratada é responsável pela correção dos dados apresentados, bem como por erros ou omissões.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

**10.1.** Além das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a Contratada estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, impondo-se para sua aplicação a observância dos procedimentos dispostos nos Artigos 54 e 55 do Decreto nº 44.279/2003 e alterações posteriores e só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou,
- b) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

**10.1.1.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste se firmado fosse, pela recusa de a adjudicatária retirar/receber a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração.

**10.1.1.1.** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**10.1.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste se firmado fosse, pelo atraso na retirada da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Unidade Requisitante.

**10.1.3.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, pela recusa em receber a Ordem de Início ou instrumento equivalente.

**10.1.4.** Multa por dia de atraso injustificado para o início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor do contrato, até o limite de 15 (quinze dias).

**10.1.4.1.** O atraso superior a 15 dias poderá ensejar a imediata rescisão contratual por culpa da Contratada, com aplicação de pena de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, a critério da contratante.

**10.1.5.** Multa por inexecução parcial do contrato: 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

**10.1.6.** Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, a critério da contratante.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**10.1.7.** Multa pelo descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstos nos subitens acima, e/ou pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela fiscalização: 0,5% (meio por cento) sobre o valor do faturamento mensal, re aplicada a cada 05 (cinco) dias úteis, até o seu atendimento.

**10.1.8.** Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do ajuste decorrente da inadimplência ou culpa da Contratada, a qual incidirá sobre o valor do ajuste, além da possibilidade de aplicação de pena de suspensão temporária do direito de licitar e contrata com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

**10.1.9.** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do fiscal do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

**10.1.9.1.** Nestes casos, a multa será descontada do pagamento do contratado ou da garantia contratual. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

**10.1.9.2.** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 80 incisos I e IV da Lei Federal nº 8.666/93.

**10.2.** Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a adjudicatária que não retirar a Nota de Empenho/Contrato, embora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa/cometer fraude fiscal, se micro empresa ou de pequeno porte não regularizar a documentação no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nos subitens **10.1.1.** e **10.1.1.1.**, a critério da Administração.

**10.3.** Poderá ser proposta pelo gestor do contrato/servidor responsável pelo acompanhamento da execução da Nota de Empenho a aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA** ao invés da multa, caso entenda que a irregularidade constatada não é de natureza grave.

**10.4.** As sanções são independentes e a aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

**10.5.** Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos da legislação vigente, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Supervisão de Administração e Suprimentos da SUB.MG e protocolizado nos dias úteis, das 10h00 às 17h00, na Rua General Mendes, nº 111 - Vila Maria, São Paulo, Capital.

**10.5.1.** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

**10.5.2.** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

**10.6.** O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração e em sendo possível o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**10.6.1.** As multas poderão ser descontadas do pagamento devido ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

**10.7.** O valor da multa será atualizado monetariamente, nos termos da Lei nº 10.734/89, Decreto nº 31.503/92, e alterações subseqüentes.

**10.8.** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**11.3.** Findo o prazo do ajuste, o objeto deste contrato será recebido pela Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme consoante as disposições do artigo 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

**11.2.** Por ocasião do recebimento deverão ser obedecidos os critérios estabelecidos na Portaria nº 077/SMA-G/93, de 21/09/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Fica a Contratada ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, implicando em aceitação integral e irretratável dos termos deste ajuste, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

**12.2.** Os serviços deverão ser executados no local, condições e prazos estabelecidos no **ANEXO I**.

**12.3.** Todos os serviços descritos no Termo de Referência, **ANEXO I**, objeto desta contratação deverão ser garantidos pela empresa vencedora contra defeitos de execução e/ou fabricação ou aquele fornecido pela contratada em sua proposta comercial, desde que este seja superior ao exigido neste subitem, sem que isso implique acréscimos aos preços contratados.

**12.3.1.** Os prazos de garantia contar-se-ão a partir das datas efetivas do aceite definitivo dos produtos e serviços executados.

**12.3.2.** Considerar-se-á como data efetiva do aceite aquele aposto no atestado de conformidade emitido pelo responsável pelo recebimento.

**12.3.3.** No caso de constatação de não conformidade, a data efetiva do aceite será a da regularização total da(s) pendência(s).

**12.4.** A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano que venha a ser causado diretamente à Administração ou a terceiros durante a prestação dos serviços, podendo, o valor referente ao prejuízo apurado, ser descontado do pagamento de que for credora.

**12.5.** Todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, civil, criminal, comercial, previdenciária, fiscal, acidente de trabalho e securitária, decorrentes da prestação dos serviços, serão de responsabilidade da empresa contratada;

**12.6.** Todos os tributos que direta ou indiretamente indicam ou venham a indicar sobre a prestação do serviço, bem como as contribuições para-fiscais, serão de responsabilidade da empresa contratada, ficando desde já a Prefeitura excluída de qualquer responsabilidade passiva por eventuais atuações.

**12.7.** A Contratada no ato da assinatura deste apresentou:





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**12.7.1.** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

**12.7.2.** Inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo – CCM

**12.7.2.1.** Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme modelo constante no **ANEXO III** do edital de Pregão que precedeu este ajuste.

**12.7.3.** Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da lei.

**12.7.4.** Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND, com prazo de validade em vigor.

**12.7.5.** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.

**12.7.6.** Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo.

**12.7.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**12.7.8.** Ainda como condição para a formalização do contrato, deverá estar comprovado que a empresa não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

**12.8.** Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas respectivas modificações com as condições ali indicadas. Entretanto, à CONTRATANTE, no interesse público, é assegurado o direito de exigir que a CONTRATADA, conforme o caso, continue a execução dos serviços nos termos contratuais, durante um período de até 90 (noventa) dias, a fim de se evitar brusca interrupção dos serviços avençados, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**12.8.1.** Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I da Lei 8.666/93, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

**12.8.2.** O não cumprimento da legislação trabalhista vigente, quando constatado pelos Órgãos competentes, poderá ensejar a rescisão do ajuste, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**12.8.3.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

**12.9.** A CONTRATADA obriga-se a manter, durante o prazo de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

**12.10.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**12.11.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**12.12.** Ficam fazendo parte integrante do presente Contrato a proposta da detentora, a Ata da Sessão Pública do Pregão, na qual constam os preços finais alcançados e o Edital da licitação que a precedeu.

**12.13.** Em conformidade com o artigo 191, caput e parágrafo único da Lei 14.133/2021 este ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, legislação aplicável à execução dos contratos e especialmente aos casos omissos, que deverá ser observada no decorrer de toda sua vigência.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SUBPREFEITURA VILA MARIA / VILA GUILHERME**

**12.14.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**12.15.** Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado em 03 (três) vias de igual teor pelas partes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

**ROBERTO DE GODOI CARNEIRO**  
**SUBPREFEITO**  
**SUB.MG**

**ENERGIA PAULISTANA**  
**CONSTR. E MONTAGENS LTDA**  
**CNPJ: 08.390 028/0001-94**

**CONTRATADA:**

Nome: *Hebert J. F. Sousa* / *Claudia F. de Faria e Souza*  
R.G.: *11.774.034-2* /  
Cargo: *Socios Administradores* / *socio - adm.*

**Testemunhas:**

01 - *Leda Ysaie de Souza*  
Nome: *Leda Ysaie de Souza*  
R.G.: *13852849-9*

02 - *Davane Loreny de Souza*  
Nome: *Davane Loreny de Souza*  
R.G.: *44.884.486-2*